



PROJETO DE LEI MUNICIPAL

Nº *012* /2022

INSTITUI O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA ESCOLHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - As eleições para diretores de unidades escolares Municipais serão realizadas no último dia letivo do mês de novembro, sendo que a primeira realizar-se-á no ano de 2022, em conformidade com a previsão contida no art. 14, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.113/2020.

§ 1º - O diretor será eleito pela comunidade escolar, por **voto direto, secreto e facultativo**, ficando proibido o voto por representação.

§ 2º - A Comunidade Escolar compreende:

I - o pai ou a mãe ou o responsável direto pelo educando, quando da sua matrícula para o ano letivo;

II - o corpo técnico, docente e administrativo em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 2º - O direito de voto será exercido uma só vez pelo eleitor.

Art. 3º - O mandato do diretor será de 4 (quatro) anos, com início em 1º de janeiro de 2023, permitida a reeleição para mais períodos se assim a comunidade escolar julgar conveniente.

Art. 4º - Somente podem ser candidatos os professores (efetivos e contratados) da rede Municipal, desde que devidamente habilitados e que atendam os seguintes critérios:

I - ser professor (a) da Rede de Ensino Municipal de Educação;

II - possuir licenciatura em Pedagogia e/ou formação em outra Licenciatura Plena com Especialização (Latu Sensu), devidamente comprovada através de diploma reconhecido pelo MEC.;

III - compor o quadro funcional do Estabelecimento de Ensino o qual tenha a intenção de se candidatar a gestor, no mínimo por dois anos;

IV- Não estar sofrendo processo disciplinar administrativo, na condição de servidor municipal, comprovado através da procuradoria Jurídica Municipal;

VI - Não ter sido condenado, em ação penal por sentença irrecorrível, nos últimos dois anos, comprovado através de certidão criminal emitida em cartório;

VII - Participe de processo de formação continuada para gestores escolares;

VIII - O exercício das funções de Diretor de Escola é incompatível com qualquer atividade político-partidária, devendo, o eleito, estar desfilado de qualquer partido até a data prevista para a sua posse;

IX - Residir no município de Nova Olinda.

Art. 5º - O candidato poderá registrar-se apenas em um estabelecimento de ensino.

Art. 6º - Nos estabelecimentos de ensino onde não houver candidato ou candidato eleito, a Secretaria da Educação designará um diretor pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da posse dos eleitos, quando novo processo eleitoral será realizado, conforme critérios a serem estabelecidos pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e aprovados pelo Secretário da Pasta.

Art. 7º- As Instituições de Ensino que exigem um vice gestor poderão formar chapa eleitoral (gestor/vice).

Art. 8º - Esta lei não se aplica aos estabelecimentos de ensino:

I - conveniados;

Art. 9º - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V(X) = \frac{PA(X).50}{VVPA} + \frac{PF(X).50}{VVPF}$$

Onde:

$V(X)$ = total de votos alcançados pelo candidato.

$PA(X)$ = número de votos de pais para o candidato.

$VVPA$ = número total de votos válidos de pais

$PF(X)$ = total de votos de professores e funcionários para o candidato.

$VVPF$ = número total de votos válidos de professores e funcionários.

§ 1º - Não serão computados como válidos os votos nulos.

§ 2º - Em caso de empate será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:

I - tenha mais tempo de exercício no magistério Municipal;

II - tenha mais tempo de exercício no estabelecimento de ensino;

Art. 10 - O candidato único deverá obter 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos para ser considerado eleito.

Art. 11 - Haverá em cada estabelecimento de ensino uma Comissão Eleitoral que se encarregará da condução do processo de escolha do candidato pela comunidade escolar.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral será composta por um representante de cada segmento da Comunidade Escolar, desde que apto a votar.

Art. 12 - O registro de candidato a diretor será feito junto à Comissão Eleitoral da Escola, acompanhado de sua proposta de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da Escola.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral convocará a Assembleia Geral da Comunidade Escolar para que os candidatos apresentem sua proposta de trabalho.

Art. 13 - Na vacância da função de diretor nos primeiros 12 (doze) meses, responderá pela função o Secretário-Geral, por um prazo de até 90 (noventa) dias, quando novo processo eleitoral se realizar.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos seis meses, o Secretário-Geral completará o mandato do diretor, desde que preencha os requisitos do art. 4º e seus incisos.

Art. 14 - Em estabelecimento de ensino recém-instalado, seja por criação, seja por desmembramento

ou que, em virtude de ampliação de atendimento, vier comportar a função de diretor, até o suprimento na forma desta lei, será designado, para o exercício da referida função, servidor do Quadro do Magistério, que tenha no mínimo licenciatura plena e esteja em exercício na unidade de ensino, segundo critérios a serem estabelecidos pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e aprovados pelo Secretário de Educação e Pastas.

Art. 15 - Perderá a função o diretor que for condenado penalmente, com sentença transitada em julgado, podendo, ainda, ser destituído da função por ato do Secretário da Educação, desde que se constate falta grave cometida por iniciativa da Comunidade Escolar, com a vontade expressa da maioria absoluta dos seus membros votantes, em Assembleia Geral, convocada para esse fim.

Art. 16 - O processo eleitoral será coordenado pela Secretaria da Educação, supervisionado pelo Grupo Gestor e executado pelos estabelecimentos de ensino.

Art. 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário da Educação, após ouvida a Comissão Municipal de Gestão Escolar e a Coordenadoria de Gestão, especialmente constituída para esse fim.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Olinda, 30 de agosto de 2022.


Diogo Richelli Rosas
Prefeito Municipal